

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS 39

1.1.	Fontes Formais Primárias	39
1.2.	Conceitos fundamentais.....	40
1.2.1.	Tributo	40
1.2.2.	Competência tributária	41
1.2.3.	Tributos vinculados e não vinculados	42
1.2.4.	Tributos destinados e não destinados.....	42
1.2.5.	Tributos restituíveis e tributos não restituíveis	42
1.2.6.	Impostos	42
1.2.7.	Taxas.....	43
1.2.8.	Imunidades tributárias	44
1.2.9.	Obrigação tributária e crédito tributário.....	45
1.2.10.	Fato gerador.....	45
1.2.11.	Contribuinte e responsável.....	46
1.2.12.	Cadeia produtiva, tributa�o monofásica e tributa�o plurifásica.....	47

CAPÍTULO 2

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO 49

2.1.	Fontes Formais Primárias	50
2.1.1.	Constitui�o Federal e Emenda � Constitui�o Federal	50
2.1.2.	Lei Complementar	52
2.1.3.	Lei ordinária	64
2.1.4.	Medida provisória	65
2.1.5.	Tratados e Convenções Internacionais.....	66
2.1.6.	Lei delegada	68
2.1.7.	Decreto Legislativo	68
2.1.8.	Resolução.....	69
2.2.	Fontes formais secundárias.....	70
2.2.1.	Decretos Regulamentares	70
2.2.2.	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas	72
2.2.3.	Decisões com eficácia normativa	73

2.2.4.	Práticas reiteradas das autoridades administrativas	73
2.2.5.	Convênios celebrados pelas entidades impositoras	74
2.3.	Resumo	75
2.4.	Jurisprudência relevante	76
2.4.1.	Teses firmadas em Recursos Repetitivos Extraordinários	76
2.4.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	76
2.5.	Provas de Concursos Públicos	76
2.5.1.	Questões	76
2.5.2.	Gabarito	78
2.6.	Reflexão aprofundada	79
2.6.1.	Questões discursivas	79
2.6.2.	Gabarito	79

CAPÍTULO 3

SISTEMA TRIBUTÁRIO E DISCRIMINAÇÃO DE COMPETÊNCIAS..... 81

3.1.	Conceito de tributo	81
3.1.1.	Prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	81
3.1.2.	Prestação compulsória	82
3.1.3.	Instituída em lei	82
3.1.4.	Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	83
3.1.5.	Que não constitua sanção por ato ilícito	83
3.2.	Regra-matriz de incidência tributária	84
3.2.1.	Critérios do antecedente	87
3.2.1.1.	Critério material	88
3.2.1.2.	Critério espacial	88
3.2.1.3.	Critério temporal	89
3.2.2.	Critérios do consequente	89
3.2.2.1.	Critério pessoal	89
3.2.2.2.	Critério quantitativo	90
3.2.2.3.	Síntese	90
3.3.	Competência tributária e capacidade tributária ativa	91
3.3.1.	Competência tributária: conceito e características	91
3.3.2.	Capacidade tributária ativa e destinatário do produto da arrecadação	94
3.3.3.	Classificação das normas de competência tributária	96
3.3.3.1.	Competência privativa	97
3.3.3.2.	Competência comum	99
3.3.3.3.	Competência cumulativa	100
3.3.3.4.	Competência residual	101
3.3.3.5.	Competência extraordinária	103

3.3.3.6	Competência compartilhada	103
3.3.3.7	Críticas a classificação que mencionamos	106
3.4.	Classificação das espécies tributárias.....	109
3.5.	Impostos.....	112
3.5.1.	Tributo não vinculado, não destinado e não restituível.....	112
3.5.2.	Exceções ao princípio da não afetação dos impostos	113
3.5.3.	Competência tributária	115
3.6.	Taxas.....	116
3.6.1.	Tributo diretamente vinculado e não restituível.....	116
3.6.2.	Competência para instituição das taxas	117
3.6.3.	Taxa de polícia	118
3.6.4.	Taxa de serviço	120
3.6.5.	Base de cálculo das taxas.....	123
3.6.6.	Taxas e preços públicos	128
3.7.	Contribuição de melhoria	131
3.7.1.	Tributo indiretamente vinculado e não restituível.....	131
3.7.2.	Fato gerador.....	131
3.7.3.	Requisitos	133
3.7.4.	Sujeito passivo.....	136
3.7.5.	Base de cálculo.....	137
3.8.	Empréstimo compulsório.....	137
3.8.1.	Tributo vinculado ou não vinculado, destinado e restituível	137
3.8.2.	Pressupostos constitucionais.....	139
3.8.3.	Fato gerador.....	141
3.8.4.	Análise do parágrafo único	142
3.8.5.	Disciplina do Código Tributário Nacional.....	142
3.8.6.	Devolução dos valores pagos	143
3.9.	Contribuições especiais.....	144
3.9.1.	Tributo não vinculado, destinado e não restituível.....	144
3.9.2.	Requisitos de validade.....	146
3.9.3.	Classificação das contribuições	149
3.10.	Outras classificações.....	151
3.10.1.	Tributos diretos e indiretos.....	152
3.10.2.	Tributos com finalidade fiscal e tributos com finalidade extrafiscal	153
3.10.3.	Tributos reais e tributos pessoais.....	154
3.11.	Resumo.....	155
3.12.	Jurisprudência relevante	157
3.12.1.	Súmulas vinculantes.....	157
3.12.2.	Súmulas	157

3.12.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	157
3.13.	Provas de concursos públicos.....	159
3.13.1.	Questões	159
3.13.2.	Gabarito	162
3.14.	Reflexão aprofundada	163
3.14.1.	Questões discursivas.....	163
3.14.2.	Gabarito	163

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO..... 165

4.1.	Legalidade tributária	167
4.1.1.	Fundamento histórico e fundamento político.....	167
4.1.2.	Análise do artigo 150, inciso I, da Constituição Federal	168
4.1.3.	Medidas Provisórias e a instituição de tributos	171
4.1.4.	Tipicidade cerrada.....	172
4.1.4.1.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	172
4.1.4.2.	Norma tributária em branco	174
4.1.5.	Autorização Constitucional para que atos infralegais alterem alíquotas de tributos	175
4.1.6.	Delegação ao Executivo para reduzir ou aumentar alíquotas.....	177
4.1.7.	Alíquotas de referências do IBS e da CBS.....	178
4.1.8.	O que não precisa ser veiculado por lei.....	179
4.2.	Anterioridade anual e anterioridade nonagesimal	181
4.2.1.	Origem e fundamento.....	181
4.2.2.	Considerações gerais	184
4.2.3.	Exceções às anterioridades anual e nonagesimal.....	187
4.2.4.	Cláusula pétrea e o princípio da anterioridade.....	192
4.2.5.	Princípio da anterioridade e Medidas Provisórias.....	193
4.2.6.	Algumas controvérsias sobre a (não) incidência do princípio da anterioridade.....	196
4.3.	Irretroatividade tributária.....	198
4.3.1.	Considerações gerais	198
4.3.2.	Análise dogmática	199
4.3.2.1.	Significado da expressão “fatos geradores ocorridos”, empregada pelo artigo 150, inciso III, alínea “a”, da CF	199
4.3.2.2.	Consequências dessa interpretação	200
4.3.2.3.	Súmula 584 do STF.....	201
4.4.	Princípio da isonomia tributária.....	203
4.4.1.	Aspecto negativo: o que a lei não pode discriminar	203

4.4.2.	Aspecto positivo: o que a lei deve discriminar.....	205
4.4.3.	Violação à isonomia: o que o Judiciário pode fazer?.....	205
4.4.4.	Pecúnia <i>non olet</i> e princípio da isonomia.....	207
4.4.5.	Síntese	208
4.5.	Capacidade contributiva	208
4.5.1.	Capacidade contributiva absoluta/objetiva e capacidade contributiva relativa/subjetiva	208
4.5.2.	Aplicabilidade do princípio da capacidade contributiva a todas as espé- cies tributárias.....	209
4.5.3.	Progressividade e seletividade como meios de promover o princípio da capacidade contributiva.....	210
4.5.4.	(Im)possibilidade de utilização da técnica da progressividade nos impos- tos reais.....	212
4.5.5.	Extrafiscalidade e capacidade contributiva.....	214
4.5.6.	Síntese	215
4.6.	Vedação ao Confisco	216
4.6.1.	Aspectos gerais	216
4.6.2.	Aplicação do princípio da vedação do confisco às multas.....	217
4.7.	Liberdade de tráfego de pessoas e bens	220
4.8.	Proibição das isenções heterônomas	220
4.9.	Uniformidade geográfica.....	221
4.10.	Tributação isonômica da renda nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos.....	222
4.11.	Não discriminação baseada em procedência ou destino	223
4.12.	Capacidade Colaborativa	224
4.13.	Princípio (ou regra/postulado) da proporcionalidade.....	225
4.13.1.	Regra, princípio ou postulado	225
4.13.2.	Dos pressupostos para aplicação da regra da proporcionalidade por parte do Poder Judiciário.....	226
4.13.3.	Dos critérios para aplicação da regra da proporcionalidade.....	229
4.13.4.	Exemplo de aplicação da regra da proporcionalidade no Direito Tribu- tário	235
4.14.	Novos princípios introduzidos pela reforma tributária (Emenda <i>Constitucional</i> de nº 132/2023)	236
4.15.	Resumo.....	240
4.16.	Jurisprudência relevante	244
4.16.1.	Teses firmadas em recursos repetitivos extraordinários.....	244
4.16.2.	Súmulas	246
4.16.3.	Súmulas Vinculantes.....	246
4.17.	Provas de concursos públicos.....	247
4.17.1.	Questões	247
4.17.2.	Gabarito	258

CAPÍTULO 5**IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS 259**

5.1.	Conceito e classificações.....	259
5.2.	Imunidades e obrigações acessórias.....	261
5.3.	Imunidade e isenção	261
5.4.	Irrelevância da nomenclatura utilizada pela Constituição	262
5.5.	Regulamentação das imunidades condicionadas.....	263
5.6.	Das imunidades espalhadas pelo texto constitucional.....	265
5.6.1.	Imunidades com relação às taxas	265
5.6.2.	Imunidades com relação às contribuições especiais.....	267
5.6.3.	Imunidades com relação ao IBS e com relação à CBS.....	270
5.6.4.	Imunidades com relação a impostos espalhadas pelo texto.....	270
5.7.	Destinatário da imunidade. Contribuinte de fato ou contribuinte de direito.....	273
5.8.	Análise do artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal	274
5.9.	Imunidade Recíproca.....	275
5.9.1.	Fundamentos	275
5.9.2.	Aplicação a todos os impostos	276
5.9.3.	Imunidade Recíproca, Imposto de Importação, IBS e CBS	277
5.9.3.1	Por que não reconhecer imunidade tributária recíproca no IBS, na CBS e no Imposto de Importação?	277
5.9.3.2	Solução adotada pela Constituição	278
5.9.4.	Abrangência da regra de imunidade às autarquias e fundações.....	279
5.9.5.	(In)aplicabilidade da imunidade recíproca às empresas públicas e às sociedades de economia mista	280
5.9.6.	Imunidade recíproca e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT....	283
5.9.7.	Sucessão tributária.....	285
5.9.8.	Não incidência da imunidade tributária aos cartórios e tabelionatos.....	286
5.9.9.	Gráfico.....	287
5.10.	Imunidade religiosa.....	288
5.10.1.	Conteúdo.....	288
5.10.2.	Análise do § 4º do artigo 150 da Constituição	289
5.10.3.	Questões controvertidas	290
5.10.3.1.	Cemitérios	290
5.10.3.2.	Maçonaria.....	290
5.11.	Imunidades condicionadas do artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal	291
5.11.1.	Considerações gerais	291
5.11.2.	Imunidade dos partidos políticos	293
5.11.3.	Imunidade dos sindicatos dos trabalhadores.....	293
5.11.4.	Imunidade das instituições de educação sem fins lucrativos.....	293

5.11.5.	Imunidade das entidades de assistência social sem fins lucrativos.....	294
5.11.6.	Análise do § 4º do artigo 150 da Constituição	295
5.11.7.	Gráfico.....	297
5.12.	Imunidade de imprensa	298
5.12.1.	Livros, jornais e periódicos	298
5.12.2.	Papel destinado à impressão dos livros, jornais e periódicos.....	299
5.12.3.	Gráfico.....	300
5.13.	Imunidade musical	300
5.14.	Resumo.....	302
5.15.	Jurisprudência relevante	304
5.15.1.	Súmulas Vinculantes.....	304
5.15.2.	Súmulas	304
5.15.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	304
5.16.	Provas de concursos públicos.....	306
5.16.1.	Questões	306
5.16.2.	Gabarito	315

CAPÍTULO 6

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 317

6.1.	Conceito de legislação tributária	317
6.2.	Leis, Tratados, Convenções Internacionais e Decretos: artigos 97 a 99 do Código Tributário Nacional	318
6.3.	Normas complementares.....	320
6.4.	Vigência da legislação tributária	322
6.5.	Aplicação da legislação tributária.....	327
6.6.	Interpretação e integração da legislação tributária.....	332
6.7.	Resumo.....	338
6.8.	Provas de concursos	340
6.8.1.	Questões	340
6.8.2.	Gabarito	344

CAPÍTULO 7

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 345

7.1.	Conceito.....	345
7.2.	Obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória.....	346
7.2.1.	Obrigação principal	346
7.2.2.	Obrigação acessória.....	347
7.3.	Fato gerador.....	349
7.3.1.	Conceito e classificação	349

7.3.2.	Fato gerador no Código Tributário Nacional.....	351
7.3.3.	Norma antielisiva.....	357
7.4.	Sujeito ativo.....	361
7.5.	Sujeito passivo	362
7.5.1.	Disposições gerais	362
7.5.2.	Solidariedade	363
7.5.3.	Capacidade tributária.....	365
7.5.4.	Domicílio tributário.....	366
7.6.	Responsabilidade tributária.....	367
7.6.1.	Classificação e disposições gerais	367
7.6.2.	Responsabilidade por substituição.....	370
7.6.2.1.	Substituição tributária para trás (regressiva).....	370
7.6.2.2.	Substituição tributária para frente (progressiva).....	371
7.6.2.3.	Substituição tributária simultânea (comum) ou retenção na fonte	374
7.6.3.	Responsabilidade por transferência.....	375
7.6.3.1.	Responsabilidade dos sucessores.....	376
7.6.3.1.1.	Sucessão na aquisição de bens	376
7.6.3.1.2.	Sucessão tributária da pessoa física.....	379
7.6.3.1.3.	Sucessão tributária das pessoas jurídicas e do estabelecimento	381
7.6.3.2.	Responsabilidade de terceiros.....	385
7.6.3.3.	Responsabilidade por infrações	391
7.7.	Resumo.....	393
7.8.	Jurisprudência relevante	395
7.8.1.	Súmulas	395
7.8.2.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	395
7.8.3.	Recursos Especiais Repetitivos.....	395
7.9.	Provas de concursos	396
7.9.1.	Questões	396
7.9.2.	Gabarito	406

CAPÍTULO 8

CRÉDITO TRIBUTÁRIO 407

8.1.	Conceito e disposições gerais.....	407
8.2.	Constituição do crédito tributário.....	409
8.2.1.	Lançamento de ofício.....	409
8.2.2.	Lançamento por declaração.....	413
8.2.3.	Lançamento por homologação	414

8.2.4.	Dispositivos gerais sobre lançamento tributário	416
8.2.5.	Outras formas de constituição do crédito tributário	420
8.3.	Suspensão do Crédito Tributário	421
8.3.1.	Moratória.....	423
8.3.2.	Depósito do montante integral do crédito tributário	427
8.3.3.	Reclamações e recursos administrativos	427
8.3.4.	A concessão de medida liminar	428
8.3.5.	Parcelamento	429
8.4.	Extinção do crédito tributário	431
8.4.1.	Pagamento	431
8.4.2.	Compensação.....	436
8.4.3.	Transação.....	438
8.4.3.1	Transação Federal.....	438
8.4.3.1.1	Classificação	438
8.4.3.1.2	Regras gerais	439
8.4.3.1.3	Modalidades	440
8.4.4.	Remissão.....	442
8.4.5.	Decadência e prescrição	444
8.4.5.1.	Considerações gerais	444
8.4.5.2.	Decadência	446
8.4.5.3.	Prescrição.....	452
8.4.6.	Conversão do depósito em renda	455
8.4.7.	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento	456
8.4.8.	A consignação em pagamento	456
8.4.9.	Decisão administrativa irreformável e a decisão judicial passada em julgado.....	456
8.4.10.	Dação em pagamento em bens imóveis	457
8.5.	Exclusão do crédito tributário	458
8.5.1.	Considerações gerais	458
8.5.2.	Isenção.....	459
8.5.2.1.	Principais teorias sobre isenções	459
8.5.2.2.	Classificação das isenções	461
8.5.2.3.	Disciplina no Código Tributário Nacional	461
8.5.3.	Anistia	468
8.6.	Restituição do pagamento indevido	470
8.6.1.	Prescrição na realização de compensações.....	476
8.7.	Resumo.....	478
8.8.	Jurisprudência relevante	479
8.8.1.	Súmulas Vinculantes.....	479

8.8.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	479
8.8.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	479
8.8.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	480
8.9.	Provas de concursos públicos.....	482
8.9.1.	Questões	482
8.9.2.	Gabarito	490

CAPÍTULO 9

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..... 491

9.1.	Disposições gerais	491
9.2.	Preferências do crédito tributário	496
9.3.	Resumo.....	507
9.4.	Jurisprudência relevante	508
9.4.1.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	508
9.4.2.	Recursos Especiais Repetitivos.....	508
9.5.	Provas de concursos públicos.....	508
9.5.1.	Questões	508
9.5.2.	Gabarito	511

CAPÍTULO 10

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 513

10.1.	Fiscalização	513
10.2.	Dívida ativa	520
10.3.	Certidões negativas	524
10.4.	Securitização da dívida e a lei complementar de nº 208/2024	527
10.5.	Código de Defesa do Contribuinte	529
10.5.1	Âmbito de Aplicação.....	529
10.5.2	Normas Fundamentais da relação tributária	530
10.5.2.1.	Deveres da administração pública	530
10.5.2.2.	Direitos dos contribuintes.....	532
10.5.2.3.	Deveres do contribuinte.....	533
10.5.3	Dos contribuintes bons pagadores e devedores contumaz.....	533
10.5.4	Programas de conformidade tributária	540
10.5.4.1.	Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia)	541
10.5.4.1.1.	Requisitos para adesão ao programa.....	541
10.5.4.1.2.	Processos de revelação e monitoramento	542
10.5.4.1.3.	Processo de regularização de débitos	542
10.5.4.1.4.	Ausência de regularização.....	543
10.5.4.1.5.	Exclusão	545

10.5.4.2.	Programa de Estímulo à Conformidade Tributária (Sintonia)....	547
10.5.4.3.	Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA).....	549
10.5.5.	Selos de conformidade	550
10.6.	Resumo.....	551
10.7.	Jurisprudência Relevante.....	553
10.6.1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	553
10.6.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	554
10.6.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	554
10.7.	Provas de concursos públicos.....	554
10.7.1.	Questões	554
10.6.2.	Gabarito	559

CAPÍTULO 11

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO FEDERAL..... 561

11.1.	Imposto de importação	561
11.1.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	561
11.1.2.	Regra-matriz de incidência tributária	562
11.1.2.1.	Antecedente.....	562
11.1.2.2.	Consequente.....	567
11.1.3.	Outros regimes jurídicos	571
11.1.3.1	Regime de Tributação Simplificada	571
11.1.3.2.	Regime de Tributação Especial.....	572
11.2.	Imposto de exportação	573
11.2.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	573
11.2.2.	Regra-matriz de incidência tributária	574
11.2.2.1.	Antecedente.....	574
11.2.2.2.	Consequente.....	576
11.3.	Imposto sobre a renda.....	577
11.3.1.	Base econômica e disciplina constitucional.....	577
11.3.2.	Regra-matriz de incidência tributária	579
11.3.2.1.	Antecedente.....	579
11.3.2.2.	Consequente.....	587
11.4.	Imposto sobre produtos industrializados	592
11.4.1.	Base econômica e disciplina constitucional.....	592
11.4.2.	Regra-matriz de incidência tributária	596
11.4.2.1.	Antecedente.....	596
11.4.2.2.	Consequente.....	599
11.4.3.	IPI e Reforma Tributária	601

11.5.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários	602
11.5.1.	Base econômica e disciplina constitucional.....	602
11.5.2.	Regra-matriz de incidência tributária	607
11.5.2.1.	Antecedente.....	607
11.5.2.2.	Consequente.....	608
11.6.	Imposto territorial rural	610
11.6.1.	Base econômica e disciplina constitucional.....	610
11.6.2.	Regra-matriz de incidência tributária	612
11.6.2.1.	Antecedente.....	612
11.6.2.2.	Consequente.....	614
11.7.	Imposto seletivo.....	616
11.7.1.	Contexto que motivou a criação do Imposto Seletivo.....	616
11.7.2.	Base econômica e disciplina constitucional.....	617
11.7.3.	Regramento infraconstitucional	619
11.7.3.1.	Base tributável	619
11.7.3.2.	Hipótese de incidência.....	619
11.7.3.3.	Consequente.....	621
11.7.3.4.	Outras regras relevantes.....	623
11.8.	Resumo.....	624
11.9.	Jurisprudência relevante	627
11.9.1.	Súmulas do STF	627
11.9.2.	Súmulas do STJ	627
11.9.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	628
11.9.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	629
11.10.	Provas de concursos públicos.....	631
11.10.1.	Questões	631
11.10.2.	Gabarito	636

CAPÍTULO 12

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL 637

12.1.	ITCMD.....	637
12.1.1.	Regra de competência	637
12.1.2.	Sujeição ativa	638
12.1.2.1	Critérios principal e subsidiário.....	638
12.1.2.2	Regra de transição prevista pelo artigo 16 da Emenda Constitucional de nº 132/2023.....	640
12.1.3.	Progressividade do ITCMD	646
12.1.4.	Imunidade de transmissões e das doações a instituições sem fins lu-	

	crativos	646
12.1.5.	Fixação das alíquotas máximas pelo Senado Federal	647
12.1.6.	Regra-matriz de incidência.....	647
12.1.6.1.	Antecedente.....	647
12.1.6.2.	Consequente.....	651
12.1.7.	Outras questões relevantes.....	657
12.1.7.1.	Decadência	657
12.1.7.2.	Arrolamento sumário	657
12.2.	ICMS	658
12.2.1.	Legislação.....	658
12.2.2.	Regra de competência	659
12.2.2.1.	Operações relativas à circulação de mercadorias	659
12.2.2.2.	Prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal.....	662
12.2.2.3.	Prestação de serviços de comunicação	662
12.2.2.4.	Importação de bem, mercadoria ou serviço	664
12.2.3.	Disciplina constitucional.....	666
12.2.3.1.	Não cumulatividade.....	666
12.2.3.2.	Papel do Senado Federal na conformação do imposto	668
12.2.3.3.	Alíquotas internas e interestaduais.....	669
12.2.3.4.	Convênios do CONFAZ	673
12.2.3.5.	Seletividade.....	674
12.2.3.6.	Imunidade nas exportações e manutenção dos créditos	676
12.2.4.	Regra-matriz de incidência.....	676
12.2.4.1.	Antecedente.....	676
12.2.4.2.	Consequente.....	679
12.2.5.	ICMS-Combustível	681
12.2.5.1.	Regras constitucionais.....	681
12.2.5.2.	Regras previstas na LC 192/2022	682
12.2.6.	ICMS e Reforma Tributária	683
12.2.6.1.	Extinção do ICMS.....	683
12.2.6.2.	Benefícios fiscais do ICMS e extinção do imposto.....	685
12.2.6.3.	Créditos acumulados de ICMS e extinção do imposto	689
12.3.	IPVA.....	690
12.3.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	690
12.3.2.	Regra-matriz de incidência.....	692
12.3.2.1.	Antecedente.....	692
12.3.2.2.	Consequente.....	693
12.4.	Resumo.....	693

12.5.	Jurisprudência relevante	695
12.5.1.	Súmulas Vinculantes	695
12.5.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	695
12.5.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	695
12.5.4.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	696
12.5.5.	Recursos Especiais Repetitivos.....	697
12.6.	Provas de concursos públicos.....	698
12.6.1.	Questões	698
12.6.2.	Gabarito	705

CAPÍTULO 13

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL 707

13.1.	IPTU	707
13.1.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	707
13.1.2.	Regra-matriz de incidência.....	709
13.1.2.1.	Antecedente	709
13.1.2.2.	Consequente.....	711
13.2.	ITBI	713
13.2.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	713
13.2.2.	Regra-matriz de incidência.....	715
13.2.2.1.	Antecedente	715
13.3.	ISSQN	718
13.3.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	718
13.3.2.	Disciplina constitucional.....	719
13.3.3.	Regra-matriz de incidência.....	720
13.3.3.1.	Antecedente	720
13.3.3.2.	Consequente.....	726
13.3.4.	ISSQN e a Reforma Tributária.....	729
13.4.	Resumo.....	730
13.5.	Jurisprudência relevante	731
13.5.1.	Súmulas Vinculantes	731
13.5.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	732
13.5.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	732
13.5.4.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	732
13.5.5.	Recursos Especiais Repetitivos.....	734
13.6.	Provas de concursos públicos.....	734
13.6.1.	Questões	734
13.6.2.	Gabarito	742

CAPÍTULO 14**IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS): COMPETÊNCIA****COMPARTILHADA ENTRE AS ENTIDADES FEDERATIVAS 743**

14.1.	IBS e CBS: análise do artigo 149-B.....	743
14.2.	Regra de competência do IBS e disciplina constitucional	745
14.3.	Competência compartilhada	748
14.3.1	Panorama antes da Reforma: Competência privativa e competência comum	748
14.3.2.	Panorama após a reforma: competência compartilhada.....	749
14.4.	Criação por lei complementar	751
14.5.	Ampla base de incidência	752
14.5.1.	Aproximação com o IVA.....	752
14.5.2.	Operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços	753
14.5.3.	Importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou serviços .	756
14.6.	Neutralidade	757
14.7.	Não cumulatividade.....	758
14.7.1.	Conceito e regra geral	758
14.7.2.	Exceções.....	760
14.7.3.	(Ir)relevância do recolhimento do tributo por parte do agente anterior da cadeia produtiva	762
14.8.	Uniformidade nacional com relação a todos os elementos da regra-matriz de incidência, exceto com relação às alíquotas.....	766
14.9.	Uniformidade das alíquotas para todos os bens, direitos e serviços	767
14.10.	Restrição a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação.....	768
14.10.1.	Regimes favorecidos de tributação.....	769
14.10.2.	Regimes específicos de tributação.....	775
14.10.2.1.	Combustíveis e lubrificantes	776
14.10.2.2.	Serviços financeiros, operações com bem imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos	777
14.10.2.3.	Sociedade cooperativas.....	780
14.10.2.4.	Serviços de hotelaria e outros	780
14.10.2.5.	Operações alcançadas por tratado ou convenção internacio- nal, inclusive referentes a missões diplomáticas, repartições consulares, representações de organismos internacionais e respectivos funcionários acreditados	781
14.10.2.6.	Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual, ferroviário e hidroviário	781
14.11.	Alíquotas de referências.....	782
14.11.1.	O que é.....	782

14.11.2.	Alíquotas de referência e autonomia das entidades federativas	783
14.11.3.	Alíquotas de referência e alterações na legislação do IBS.....	784
14.11.4.	Competência para fixar as alíquotas de referência.....	784
14.12.	Cálculo por fora e não inclusão na base de cálculo de outros tributos.....	784
14.13.	Tributação no destino	785
14.14.	Transparência.....	786
14.15.	Responsabilidade Tributária	786
14.16.	Distribuição dos valores arrecadados	788
14.17.	<i>Cashback</i>	788
14.18.	Comitê Gestor do IBS	789
14.18.1.	Texto constitucional.....	789
14.18.2.	Atividades	791
14.18.3.	Características e composição	792
14.18.4.	Decisões do Comitê Gestor.....	792
14.18.5.	CBS e Comitê Gestor	793

CAPÍTULO 15

CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS 795

15.1.	Considerações gerais	795
15.1.1.	Tributo não vinculado, destinado e não restituível.....	795
15.1.2.	Requisitos de validade.....	797
15.1.3.	Classificação das contribuições.....	800
15.1.4.	Instrumento legislativo para instituição das contribuições especiais	802
15.1.5.	Disposições comuns às contribuições sociais e às contribuições de intervenção no domínio econômico	803
15.2.	Contribuições sociais gerais.....	805
15.3.	Contribuições para a seguridade social	806
15.3.1	COFINS.....	807
15.3.1.1	Regramento atual.....	807
15.3.1.2.	COFINS após a reforma tributária	820
15.3.2.	CSLL – Contribuição sobre o lucro líquido	821
15.3.3.	Da contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	824
15.3.4.	Da contribuição do Importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	825
15.3.4.1.	Regramento atual.....	825
15.3.4.2.	Regramento após a Reforma Tributária	826
15.3.5.	Da contribuição dos segurados especiais.....	826
15.3.6.	Da Contribuição sobre Bens e Serviços	827
15.3.6.1.	Características que são diferentes do IBS.....	828

15.3.6.1.1.	Competência privativa da União Federal.....	828
15.3.6.1.2.	Criação por Lei Complementar de todos os critérios da regra-matriz de incidência, exceto as alíquotas	828
15.3.6.1.3.	Regime de <i>cashback</i>	828
15.3.6.1.4.	Processo administrativo fiscal.....	829
15.3.6.2.	Características que são iguais ao IBS	829
15.3.6.2.1.	Ampla base de incidência.....	829
15.3.6.2.2.	Neutralidade.....	834
15.3.6.2.3.	Não cumulatividade	835
15.3.6.2.4.	Uniformidade das alíquotas para todos os bens, direitos e serviços.....	843
15.3.6.2.5.	Restrição a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação	844
15.3.6.2.6.	Regimes favorecidos de tributação	844
15.3.6.2.7.	Regimes específicos de tributação	851
15.3.6.2.8.	Alíquotas de referência.....	858
15.3.6.2.9.	Cálculo por fora e não inclusão na base de cálculo de outros tributos.....	860
15.3.6.2.10.	Transparência	860
15.3.6.2.11.	Responsabilidade tributária.....	860
15.3.6.2.12.	Outras características relevantes	861
15.3.7.	Contribuições residuais para a seguridade social	862
15.4.	Contribuições previdenciárias	863
15.4.1.	Contribuições do Regime Geral	863
15.4.2.	Contribuições do Regime Próprio	868
15.5.	Contribuições constitucionalizadas	871
15.5.1.	Salário-Educação.....	871
15.5.2.	PIS.....	873
15.5.2.1.	Regramento atual.....	873
15.5.2.2.	PIS após a reforma tributária.....	883
15.5.3.	PASEP	884
15.5.4.	Contribuições ao Sistema S.....	885
15.6.	Contribuições de intervenção no domínio econômico	886
15.7.	Contribuições Corporativas	888
15.8.	Contribuição de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segu- rança e preservação de logradouros públicos.....	891
15.9.	Contribuições sobre produtos primários e semielaborados.....	893
15.10.	Resumo.....	895
15.11.	Jurisprudência relevante.....	896

15.11.1.	Súmulas vinculantes	896
15.11.2	Súmulas	896
15.11.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	896
15.11.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	899
15.12.	Provas de concursos públicos.....	901
15.12.1.	Questões	901
15.12.2.	Gabarito	905

CAPÍTULO 16

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS 907

16.1.	Transferências diretas	907
16.1.1.	Transferências diretas da União para os estados e Distrito Federal.....	907
16.1.2.	Transferências diretas da União para os Municípios.....	909
16.1.3.	Transferências diretas dos estados para os Municípios.....	910
16.2.	Transferências indiretas	911
16.3.	Jurisprudência relevante	914
16.3.1.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	914
16.4.	Provas de concursos públicos.....	915
16.4.1.	Questões	915
16.4.2.	Gabarito	918

CAPÍTULO 17

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL 919

17.1.	Considerações gerais	919
17.2.	Processo administrativo não contencioso no âmbito federal. Consulta Tributária	919
17.3.	Processo administrativo contencioso no âmbito federal.....	922
17.3.1.	Fases do processo administrativo fiscal contencioso	922
17.4.	Outros aspectos do Decreto nº 70.235/72	928
17.4.1.	Intimações	928
17.4.2.	Prazos	929
17.4.2.	Nulidades.....	930
17.4.4.	Inconstitucionalidade da exigência de depósito recursal e do arrolamento administrativo para conhecimento do recurso	931
17.4.5.	Não ocorrência da prescrição na pendência de recurso administrativo	932
17.4.6.	Concomitância da ação judicial e do processo administrativo fiscal	934
17.4.7.	Impossibilidade de a administração pública reconhecer a inconstitucionalidade de dispositivo legal	934
17.5.	Resumo.....	935
17.6.	Jurisprudência relevante	935

17.7.	Provas de concursos públicos.....	936
17.7.1.	Questões	936
17.7.2.	Gabarito	937

CAPÍTULO 18

SIMPLES NACIONAL 939

18.1.	Instituição e abrangência.....	939
18.2.	Vedações ao ingresso no Simples Nacional	941
18.3.	Alíquotas e bases de cálculo.....	943
18.4.	Repasse do produto da arrecadação	943
18.5.	Da exclusão do Simples Nacional.....	943
18.6.	Da fiscalização	944
18.7.	Do processo administrativo fiscal	946
18.8.	Do processo judicial.....	948
18.9.	Simples Nacional após a Reforma Tributária	950
18.10.	Resumo.....	952
18.11.	Jurisprudência relevante	953
18.11.1.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	953
18.12.	Provas de concursos públicos.....	953
18.12.1.	Questões	953
18.12.2.	Gabarito	959

CAPÍTULO 19

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO 961

19.1.	Ações exacionais.....	961
19.1.1.	Execução fiscal	961
19.1.1.1.	Considerações gerais	961
19.1.1.2.	Objeto e legitimidade ativa	962
19.1.1.3.	Legitimidade passiva	963
19.1.1.4.	Competência e petição inicial	965
19.1.1.5.	Despacho citatório e citação.....	966
19.1.1.6.	Despacho citatório e citação.....	969
19.1.1.7.	Intimação e registro da penhora	973
19.1.1.8.	Possibilidade da interposição de embargos à execução	974
19.1.1.9.	Disposições diversas	975
19.1.1.10.	Suspensão, arquivamento e prescrição intercorrente	978
19.1.1.11.	Fluxograma da execução fiscal.....	981
19.1.1.12.	Resolução de nº 547/2024 do CNJ.....	981

19.1.2.	Medida cautelar fiscal.....	983
19.2.	Ações antiexacionais.....	987
19.2.1.	Embargos à execução fiscal.....	987
19.2.2.	Exceção de pré-executividade	990
19.2.3.	Mandado de segurança.....	991
19.2.3.1.	Considerações gerais	991
19.2.3.2.	Cabimento no Direito Tributário	991
19.2.3.3.	Prescrição na realização das compensações.....	996
19.2.3.4.	Vedações à concessão de liminar.....	998
19.2.4.	Ação cautelar de caução.....	999
19.2.5.	Consignação em pagamento.....	1000
19.2.6.	Ação declaratória de inexistência de relação jurídica	1001
19.2.7.	Ação anulatória	1003
19.2.7.1.	Ação anulatória comum	1003
19.2.7.2.	Ação anulatória do artigo 169 do Código Tributário Nacional.....	1006
19.2.7.3.	Honorários de sucumbência na adesão, pelo contribuinte, à transação tributária	1007
19.2.8.	Ação de repetição de indébito	1009
19.3.	Resumo.....	1014
19.4.	Jurisprudência relevante	1016
19.4.1.	Súmulas Vinculantes	1016
19.4.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	1016
19.4.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	1016
19.4.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	1016
19.5.	Provas de concursos públicos.....	1018
19.5.1.	Questões de concursos	1018
19.5.2.	Gabarito	1027

CAPÍTULO 20

REFORMA TRIBUTÁRIA: O QUE MUDOU 1029

20.1.	Considerações gerais	1029
20.2.	Modelos de tributação sobre consumo na Europa e Estados Unidos.....	1029
20.2.1.	Modelo norte-americano de tributação	1029
20.2.2.	Modelo europeu de tributação	1031
20.3.	Modelo brasileiro de tributação antes da reforma tributária.....	1033
20.3.1.	Base de incidência altamente fragmentada.....	1033
20.3.2.	Complexidade das legislações	1034
20.3.3.	Não cumulatividade limitada	1034

20.3.4.	Cobrança do ICMS na origem	1036
20.4.	Resumo com as principais alterações no modelo de tributação após a Reforma Tributária	1037
20.4.1.	IBS e CBS	1037
20.4.2.	Imposto Seletivo	1037
20.4.3.	Contribuição Estadual sobre produtos primários e semielaborados	1038
20.4.4.	Tributos extintos	1039
20.4.5.	Manutenção da Contribuição ao PASEP	1040
20.4.6.	Diminuição da base de incidência do IOF	1040
20.5.	Zona Franca de Manaus e a Reforma Tributária	1041
20.6.	Regras de transição de um modelo de tributação para outro (perspectiva do Direito Tributário)	1043
20.6.1.	Ano de 2026	1046
20.6.2.	A partir de 2027	1047
20.6.3.	2027 e 2028	1047
20.6.4.	2029 a 2032	1048
20.6.5.	Em 2033	1049
20.6.6.	Gráfico sintetizador	1049
20.7.	Regras de transição de um modelo de tributação para outro (perspectiva do Direito Financeiro)	1050
20.7.1.	Comentários dos dispositivos	1052
20.7.2.	Uma metáfora para ajudar na compreensão	1054
20.8.	Benefícios fiscais do ICMS durante o período de transição	1055
20.8.1.	Regramento previsto pela Lei nº 160/2017	1056
20.8.2.	Alteração no valor dos benefícios fiscais durante o período de transição previsto pela Emenda Constitucional nº 132/2023	1057
20.8.3.	Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais	1058
20.9.	Saldo credores do ICMS	1058
20.10.	Indústria automotiva e incentivos	1059

CAPÍTULO 21

REFORMA TRIBUTÁRIA: (IN)EXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO

AO PRINCÍPIO FEDERATIVO..... 1061

21.1.	Introdução	1061
21.2.	Do Estado Federal	1062
21.2.1.	Características de um Estado Federal	1062
21.2.2.	Da impossibilidade da utilização da Federação americana como modelo explicativo	1063
21.2.3.	Federalismo Dualista e Federalismo Cooperativo	1065
21.2.4.	O que explica o Estado Federal	1068

21.2.5.	O que Justifica o Estado Federal.....	1070
21.2.6.	Da Federação Brasileira	1073
21.2.6.1.	Das características da Federação Brasileira.....	1074
21.2.7.	Princípio Federativo	1076
21.3.	Da interpretação dos enunciados prescritivos	1077
21.3.1.	Da pretensão à correção como propósito do agir interpretativo do participante do discurso jurídico	1077
21.3.2.	Das regras de argumentação jurídica adotadas neste capítulo para construção da resposta ao problema proposto.....	1080
21.4.	Das limitações ao poder de reforma da Constituição Federal	1082
21.4.1.	Introdução	1082
21.4.2.	Limites materiais implícitos	1083
21.4.3.	Interpretação dos limites materiais	1086
21.4.3.1.	Entre a permanência e a mudança: limitações materiais sob a perspectiva da doutrina	1086
21.4.3.2.	Entre a permanência e a mudança: limitações materiais sob a perspectiva da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	1091
21.4.4.	Conclusão preliminar.....	1094
21.5.	Da utilização da máxima da proporcionalidade como critério para identificação do núcleo essencial do princípio federativo	1095
21.5.1.	Do conceito de núcleo essencial	1095
21.5.2.	Das justificativas para utilização da proporcionalidade como critério argumentativo.....	1097
21.5.3.	Das justificativas para utilização da proporcionalidade como critério argumentativo para construção do núcleo essencial do princípio federativo.....	1100
21.6.	Da aplicação da máxima da proporcionalidade à Emenda Constitucional de nº 132/2023	1103
21.6.1.	Regra, princípio ou postulado	1103
21.6.2.	Dos pressupostos para aplicação da regra da proporcionalidade por parte do Poder Judiciário.....	1104
21.6.3.	Dos critérios para aplicação da regra da proporcionalidade.....	1108
21.6.3.1.	Dos três critérios.....	1108
21.6.3.2.	Adequação	1108
21.6.3.3.	Necessidade	1110
21.6.3.4.	Proporcionalidade em sentido estrito	1112
21.6.3.5.	Da proporcionalidade em sentido estrito da Emenda Constitucional de nº 132/2023.....	1114

BIBLIOGRAFIA	1117
---------------------------	-------------

SUMÁRIO DOS QUADROS INFORMATIVOS

Para aprofundar: (in)constitucionalidade de Emendas Constitucionais que suprimam competências tributárias	50
Para aprofundar: Limites dos atos secundários na criação de obrigações.....	71
Para aprofundar: É possível aplicar diretamente um princípio sem “transformá-lo” em uma regra de decisão?	166
Para aprofundar: Princípio da legalidade e contradição no STJ	174
Para aprofundar: Alíquota fixa de 25% sobre rendimentos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior (Tema 1.174 aprovado no ARE 1327491):.....	206
Para aprofundar.....	279
Para aprofundar: Interpretação literal.....	336
Para aprofundar: Responsabilidade do antigo proprietário do veículo em caso de não comunicação da venda ao Detran	369
Para aprofundar: O artigo 178 e sua aplicação ao PERSE	463
Para aprofundar.....	464
Para aprofundar: Regimes especiais de fiscalização	515
Para aprofundar: Nenhuma indenização pode ser tributada pelo IR?	582
Para aprofundar: <i>Stock Options</i> e ganho de capital.....	583
Para aprofundar.....	639
Para aprofundar.....	676
Para aprofundar: Por que foi criada a COFINS não cumulativa?	816
Para aprofundar: PIS e COFINS nas próprias bases de cálculo	819
Para aprofundar: Impossibilidade de incidência da CSLL sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário	823
Para aprofundar: PIS e COFINS nas próprias bases de cálculo	881
Para aprofundar: Limitação da Base de Cálculo das contribuições ao <i>Sistemas</i> ao limite máximo de 20 salários-mínimos	885
Para aprofundar.....	1048